

## **VIGILÂNCIA E VISIBILIDADE NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013**

Luciana Santos Guilhon Albuquerque<sup>1</sup>

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro<sup>2</sup>

**Resumo:** O Rio de Janeiro, como inúmeras cidades no mundo, vem se tornando uma cidade intensamente monitorada, principalmente após ser eleita para sediar grandes eventos, como a Copa de Mundo. O uso de dispositivos de vigilância como política de segurança pública não é uma novidade, mas tem ganhado novos contornos. Redes sociais, como o Facebook, têm se tornado objeto de monitoramento dos indivíduos e nas manifestações de 2013 cumpriram o papel de mobilização para as ruas, colocando o governo em alerta. Compartilhamos da proposta da Teoria Ator-Rede (TAR) que considera a realidade social como uma rede composta de atores humanos e não humanos em constante construção. Os objetos participam conosco da construção do mundo, afetando nossa forma de agir e transformando nossos modos de ser. Pretendemos fazer uma reflexão sobre as controvérsias geradas pelo uso de máscaras nas manifestações, apostando que têm algo a nos dizer sobre as diversas dinâmicas de vigilância e visibilidade que atravessam nosso cotidiano atualmente. Partiremos de algumas entrevistas realizadas como parte de uma pesquisa de doutorado e da análise de páginas na Internet e Facebook de dois coletivos que se destacaram pelo uso das máscaras: o Anonymous e os Black Blocs. A princípio três sentidos podem ser enumerados: esconder o próprio rosto, dificultando o trabalho de identificação pelas autoridades e protegendo os manifestantes da repressão policial; criar uma identidade coletiva, diluindo o protagonismo individual numa massa; e, sentir-se mais à vontade para agir. Resumidamente, podemos dizer que as máscaras escondem, protegem, revelam e potencializam rostos, indivíduos, ideias e ações. Num mundo que se constrói cada vez mais vigiado, esconder-se não se apresenta como a única resistência a uma visibilidade que se impõe. A possibilidade de construir uma imagem e poder operar, escolhendo o que deve ser visto, também encontra seus caminhos de resistência.

**Palavras-chave:** máscaras, vigilância, manifestações.

Uma das principais personagens das manifestações de junho de 2013, que tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil, foram as máscaras. Objeto tão antigo e tão universal marcou presença nas passeatas, impulsionando alguns debates. Inspirado

---

<sup>1</sup> Doutoranda em psicologia/PPGP/UFRJ; Mestre em psicossociologia/UFRJ.

<sup>2</sup> Professor associado psicologia/UFRJ; Doutora em comunicação e cultura/UFRJ.

na exposição “objetos desobedientes”<sup>3</sup>, que apresentou objetos utilizados em manifestações ao redor do mundo, esse trabalho pretende fazer uma reflexão sobre as controvérsias geradas pelo uso de máscaras nas recentes manifestações brasileiras. Consideramos que essa reflexão nos permite contribuir para uma análise mais ampla acerca das dinâmicas de vigilância e visibilidade na atualidade.

Por que falar de máscaras? Ou melhor, o que as máscaras podem dizer sobre nós e sobre as diversas dinâmicas de vigilância e visibilidade que atravessam nosso cotidiano atualmente? Ao elegê-las como objeto de interesse, compartilhamos da proposta de Bruno Latour (2005) e da Teoria Ator-Rede (TAR), que consideram a realidade social como um coletivo heterogêneo de atores humanos e não humanos em constante construção. Os objetos participam conosco da construção do mundo, afetando nossa forma de agir e transformando nossos modos de ser. Da mesma forma, são afetados por nossas ações e pela rede ao qual estão conectados. O ponto é que ninguém age sozinho e qualquer fenômeno deve ser analisado como uma ação coletiva e compartilhada. A fim de refletir sobre as dimensões da vigilância contemporânea que atravessaram as manifestações, elegemos as máscaras por ser um dos atores que ganharam visibilidade nesse processo, apostando que têm algo a nos dizer.

Partiremos de algumas entrevistas realizadas como parte de uma pesquisa de doutorado<sup>4</sup> e da análise de páginas na Internet e Facebook de dois coletivos que se destacaram pelo uso das máscaras: o Anonymous e os Black Blocs. Ambos apareceram primeiro no exterior e com a globalização e a Internet chegaram ao Brasil. Ambos atuam e se sustentam usando a Internet e redes sociais como o Facebook. O primeiro começou a atuar no Brasil em 2011 e se caracteriza por um *hacktivismo*. É atento ao monitoramento digital e em suas páginas na Internet é possível encontrar explicações e dicas para proteção da privacidade na rede. Tem uma máscara símbolo, inspirada no personagem Guy Fawkes do filme V de Vingança e seu uso não é sem razão, uma das funções é garantir a segurança de quem quer se manifestar frente à repressão policial. Os Black Blocs surgiram com força durante as manifestações de junho de 2013, antes disso não há registro de sua atuação no Brasil. Não possuem uma máscara símbolo, mas se vestem de preto e cobrem o rosto para dificultar e impedir sua identificação por autoridades policiais. Não parecem estar tão preocupados com o monitoramento digital.

---

<sup>3</sup> A exposição aconteceu em Londres, até fevereiro de 2015, contando a história dos protestos a partir do uso de alguns objetos.

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa de doutorado “Ver e ser visto no Facebook: modos de subjetivação contemporâneos” se iniciou em 2012 e terá fim em 2016.

Seguimos alguns atores por meio de entrevistas e leitura das páginas na Internet a fim de ter acesso a seus discursos. Após esse primeiro movimento, tentamos cartografar as controvérsias que foram aparecendo e chegamos a três sentidos diferentes para o uso das máscaras: disfarce e proteção; identidade coletiva; e empoderamento.

#### *A máscara como disfarce e proteção.*

É possível extrair um primeiro sentido para o uso de máscaras ligado a uma definição mais corriqueira e comum, tirada de dicionário (MICHAELIS, 2009), que nos remete à ideia de disfarce e proteção. Por disfarce, podemos entender que sua função principal seria falsear e distorcer uma imagem. Ao dar visibilidade e apresentar uma fisionomia a ser vista e admirada, ela esconderia atrás de si um rosto, este sim verdadeiro e protegido pela invisibilidade. Além de proteger contra olhares invasivos, ela pode ganhar um sentido de escudo contra ataques vindos de fora.

Para alguns manifestantes, a máscara serviria para esconder o próprio rosto, dificultando o trabalho de identificação pelas autoridades e protegendo-os da repressão policial. Em um mundo atravessado por objetos técnicos que podem capturar imagens, qualquer pessoa em qualquer momento pode ter sua imagem capturada, gravada e circulada sem nem saber. O uso posterior dessa imagem escapa a qualquer tipo de controle, o que parece produzir uma sensação de vulnerabilidade muito grande. O policial não precisa estar presente, apenas a sutil possibilidade de ser filmado já produz o risco de ser objeto de investigação e monitoramento pela polícia. E a máscara serviria para tentar proteger pelo anonimato e invisibilidade, estados cada vez mais difíceis de serem alcançados num mundo crescentemente monitorado.

No perfil do Facebook do Black Bloc RJ encontramos, claramente, essa intenção de esconder o rosto: “As roupas e máscaras negras que dão nome à estratégia são usadas para dificultar ou mesmo impedir qualquer tipo de identificação pelas autoridades”.

Da página do Anonymous, reproduzimos um trecho de um panfleto<sup>5</sup> em que essa ideia também se torna explícita:

“O uso de máscaras em protestos surge da necessidade de segurança frente à coerção policial sofrida pelos movimentos sociais quando em situações públicas de resistência. Os rostos expostos em situações como esta favorecem a repressão, facilitando a criminalização dos sujeitos políticos que se colocam em oposição ao que baseia a sociedade desigual em que vivemos.

---

<sup>5</sup> Circulado no segundo protesto contra o aumento das passagens, no dia 23 de janeiro de 2012, em Recife.

O registro fotográfico, ou em vídeo, das pessoas que fazem manifestações serve como indício para a polícia agir de modo a intimidar e penalizar arbitrariamente os que estão simplesmente se recusando a viver sob os moldes do capitalismo. Os nossos registros na internet (caixas de email, perfis do Orkut e Facebook etc) também acabam sendo investigados, configurando assim um processo de perseguição em que o Estado aponta e se organiza para a ação de extermínio das forças que a ele se opõem. Dessa forma, as máscaras nos protegem, reservam a nós autonomia diante de nossas identidades” (Por que esconder nossos rostos?, 2012).

É irônico, logo na primeira frase, recorrer às máscaras para obter segurança frente, justamente, à instituição que seria responsável por ela. Chama a atenção como o trecho ressalta o perigo e a vulnerabilidade da exposição dos rostos em situações que podem ser consideradas criminosas pela polícia. O que aponta para duas controvérsias: a criminalização dos protestos e o papel da polícia. Talvez não sejam questões muito originais, mas são bem contemporâneas e alimentam o investimento no desenvolvimento de tecnologias de vigilância cada vez mais sofisticadas.

De um lado, coletivos que se colocam do lado dos movimentos sociais e do “povo”, que explicitam suas críticas ao Estado em suas páginas na Internet e que apoiam claramente táticas que incluem invasão de páginas oficiais no mundo virtual e a depredação de propriedades privadas de grandes corporações. Essas táticas são polêmicas, para esses coletivos possuem um valor político, são consideradas uma forma de luta, mas nem todos que participam das manifestações pensam da mesma maneira e aos olhos da lei e da polícia são crimes. São práticas que costumam ganhar bastante visibilidade e possuir um apelo midiático, expondo quem a defende, incomodando quem protesta, mas não concorda, e amedrontando a população que observa. O risco de ser pego pela polícia, para alguns, é minimizado diante da possibilidade de expressar sua indignação e dar visibilidade a uma causa.

Uma imagem de uma fachada de banco sendo destruída a pedradas, muitas vezes, é incluída numa narrativa que potencializa seu sentido violento, esvaziando seu caráter político (COSTA; GOULART, 2013). Sem entrar em uma discussão mais complexa do que pode ser considerado crime, considerá-las apenas sob esse viés, reduz seu sentido a um só, encobrendo outros sentidos a que pode estar ligada e desloca a discussão, deixando de lado a grande questão que mobilizou as manifestações: o aumento da passagem de ônibus e a insatisfação da população com a qualidade do transporte público.

O livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento” (JUDENSNAIDER; LIMA; POMAR; ORTELLADO, 2013), que descreve os primeiros dias dos protestos em São

Paulo, aponta para uma mudança da cobertura dos principais jornais impressos da cidade e da televisão. No início a reivindicação pela revogação do aumento das passagens foi considerada descabida e sem legitimidade, depois ela foi sendo deixada de lado pela afirmação de que haviam outras pautas sendo reivindicadas. Acreditamos que tudo isso e a criminalização do movimento são fatores que acabam produzindo um esvaziamento da discussão política que essa mobilização poderia provocar.

De outro lado, temos a polícia, com sua função de garantir a segurança da população e o direito de manifestação. Dentro da democracia brasileira, é permitido realizar protestos nas ruas e a polícia costuma acompanhá-los para que eles sigam certa ordem e normalidade. Diante da imagem de depredação do patrimônio público e privado ela é chamada a agir, muitas vezes com rigor. O mesmo livro destaca trechos de editoriais de jornais e discursos de parlamentares, cobrando da polícia uma ação mais efetiva. Mas quando imagens da polícia agindo com violência começam a circular na Internet e ganham visibilidade na grande mídia, ela é criticada por seus excessos. Além disso, a origem da violência está em disputa, enquanto a polícia justifica sua ação denunciando os atos de vandalismo, manifestantes apontam a violência da repressão e os Black Blocs justificam suas táticas como uma forma de defender a população que protesta dos ataques da polícia.

A máscara aparece, então, como uma estratégia de permanecer invisível aos olhos da polícia, porque um ato político pode se tornar um ato criminoso rapidamente, uma vez que essa fronteira nem sempre é clara. Ao se tornar um objeto de resistência à vigilância do Estado, ela passa a ser um problema. Entendemos resistência como uma força que se opõe à outra. Tomamos como base o estudo de Foucault (2010) sobre o poder, enquanto relação de forças que atuam umas sobre as outras.

Então, a máscara se torna um objeto *non grato* para o Estado, uma vez que atrapalha seu trabalho de vigilância. Para a polícia, a máscara esconderia criminosos, que se aproveitariam do anonimato para praticarem atos de vandalismo. Usar máscara passa a ter o sentido de ter algo a esconder e isso pode ser perigoso, tornando aquele que se esconde suspeito, principalmente num mundo que nos incita à transparência.

Nem todos que participaram das manifestações usaram máscaras ou esconderam os rostos com camisas, talvez uma minoria o tenha feito, mesmo assim elas se colocaram no centro dessa polêmica, que culminou com um projeto de lei proibindo seu uso em eventos públicos. O que gerou outra mobilização, um grupo organizou um baile

de máscaras, uma vez que, no Rio de Janeiro, o Carnaval de rua tem ganhado expressão e um de seus elementos festivos é a máscara.

Além da vigilância digital, a polícia também se fez presente e o bom e velho uso da força e da violência serviram para reprimir os manifestantes/vândalos, fazendo surgir outro uso para as máscaras, a proteção contra o gás lacrimogênio, arma não letal, usada massivamente pela polícia para dispersar a multidão.

Dialogando com a TAR (LATOURE, 2005), entendemos os objetos como atores que participam da ação, o que não significa dizer que a determinam ou que carregam em si um sentido a priori, pois é na conexão com outros objetos e humanos que seus sentidos e funções vão sendo produzidas e modificadas. Então seu sentido depende da rede ao qual está ligada. Para a polícia ela pode ter um sentido, para manifestantes outro e, mesmo dentro desses grupos, que não são homogêneos, podem adquirir sentidos variados.

A máscara protege ou esconde? Quem está por trás das máscaras são vândalos ou manifestantes, vítimas da agressão policial ou criminosos que precisam ser identificados? Cada lado constrói discursos para defender seu ponto de vista e talvez não seja possível responder a essa pergunta escolhendo um dos lados. Os Black Blocs se colocam como uma tática de reação à violência policial, que busca se justificar pelos atos de vandalismo de algumas pessoas presentes na manifestação. A grande mídia fez circular fortemente o discurso que ligava mascarados a vândalos, o que, talvez, tenha contribuído para justificar a violência policial. Por outro lado, as mídias alternativas e a Internet deram espaços a outros discursos. Houve relatos e vídeos no Youtube e Facebook, por exemplo, de pessoas que foram detidas por portar vinagre, que é conhecido por neutralizar o efeito do gás lacrimogênio, e do uso abusivo de bombas de gás lacrimogênio, muitas vezes lançadas em locais onde nenhuma manifestação acontecia.

Apesar dos embates, parece haver um ponto de convergência, a busca por uma invisibilidade que protege. Enquanto manifestantes procuram usar máscaras, policiais muitas vezes saíram sem identificação, o que gerou outra controvérsia sobre a legalidade dessa prática. Além disso, muitos jornalistas e pessoas que estavam filmando e tirando fotos foram agredidas. Ter sua imagem capturada também parece ser um risco para a polícia, que atua como representante do Estado. Este parece pretender ser o único detentor dos mecanismos de vigilância, mas a popularização de objetos que capturam imagem coloca na mão de cidadãos comuns a possibilidade de vigiar seus vigias.

Muitas imagens de policiais cometendo abusos ou transgressões circularam na Internet, tornando essa instituição e seu trabalho mais expostos.

No documentário “Junho – o mês que abalou o Brasil” (2013), Bruno Torturra, do Mídia Ninja, destaca uma das consequências da popularização de câmeras:

“Quem quebrou a narrativa de fato né foram os cidadãos que tiveram com seus celulares, suas câmeras e tudo o mais, distribuindo de maneira independente, e com a qualidade de seu material e a relevância dele eram suficientes para que esse material fosse largamente difundido. Naquele instante tudo foi catalisado no país, inclusive a importância do jornalismo cidadão” (27’20”).

Quase como uma equação matemática, mais câmeras produzem mais imagens e, com isso, mais denúncias sobre o comportamento policial. Essa maior exposição suscita algumas questões que ainda não sabemos responder, mas que podem ser colocadas para reflexão: que desdobramentos essa visibilidade da ação policial tem trazido? A tática da polícia mudou na sua atuação nas ruas? Policiais que cometeram abuso em suas condutas receberam algum tipo de punição? Ou seja, essa maior visibilidade e exposição da polícia, que é um braço do Estado, está produzindo alguma diferença ou não?

#### *A máscara como identidade coletiva*

Outro sentido para o uso das máscaras também vem de atitudes tanto do Anonymous quanto dos Black Blocs. Ambos criaram uma forma de se apresentar cobrindo os rostos para expressar uma ideia: justificam o uso das máscaras como uma forma de criar uma identidade coletiva, diluindo o protagonismo individual numa massa. Como podemos observar nesses trechos em destaque:

“As roupas e máscaras negras [...] são usadas [...] também com a finalidade de parecer uma única massa imensa, promovendo solidariedade entre seus participantes e criando uma clara presença revolucionária” (BLACK BLOC RJ).

“O anonimato se torna inevitável e imprescindível, no sentido de descentralizar a origem da ação, e para que ela não se esgote nela mesma. O ato de fechar avenidas, quebrar os ônibus das empresas de transporte não é um ato isolado, nele está contido a indignação de todos os que não estão de acordo com o sistema de transporte e organização urbana dos quais dependemos. Uma ação anônima em uma manifestação carrega consigo a força de uma construção coletiva. Ninguém é dono absoluto de um ato, este surge do processo de interação com várias pessoas e nesse sentido o anonimato é uma forma de não apropriação de uma causa que é pública. [...] As máscaras não servem de “esconderijo covarde” para os nossos rostos, como bem pregam as forças reacionárias, mas para expor o processo que nos levará à emancipação social como algo que só pode vir a acontecer por meio

da ação coletiva autônoma. Sem rosto, sem líderes” (Por que esconder nossos rostos, 2012).

“A máscara é um símbolo para mostrar que somos iguais. Não há liderança, não há um maior ou melhor que o outro, é tudo de forma horizontal. É dessa forma que somos, é dessa forma que vemos todo o resto” (A verdade por trás das críticas ao Anonymous Brasil).

O ato anônimo carrega consigo a força de um grupo, uma vez que a ação não seria responsabilidade de apenas um indivíduo, mas é resultado de uma construção coletiva e, portanto, pública. Para a TAR (LATOURE, 2005), a origem da ação é sempre incerta e não pode ser atribuída a apenas um ator. Tanto um quanto o outro são atravessados por inúmeras entidades que os botam em movimento.

“Usar a palavra ‘ator’ significa que nunca é claro quem ou o que está agindo quando nós agimos, uma vez que o ator em cena nunca está sozinho enquanto atua. [...] Por definição, a ação é deslocada. A ação é emprestada, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida” (LATOURE, 2005, p. 46, tradução nossa)<sup>6</sup>.

A ação, portanto, para esses coletivos, diz respeito a uma experiência subjetiva em que o outro está incluído e vem para somar. A afirmação de uma individualidade própria não está em questão, mas a vivência de uma irmandade ganha força, dentro de uma perspectiva em que eu só existo conectado com os outros.

“Quem tá cobrindo o rosto está se irmanando com outro alguém que também está cobrindo o rosto. Então, você deixa de ser você enquanto indivíduo e passa a assumir uma identidade coletiva e é uma identidade coletiva que, de certa forma, protege um pouco os seus atos. [...] A máscara gera uma perspectiva simbólica de agregar pessoas conforme um ideal. Eu acho que como você tem os partidos, que têm uma bandeira vermelha, ou uma estrela no peito, que simboliza essa identidade coletiva com quem também tem uma estrela no peito, a máscara talvez seja uma forma simbólica de trazer para esses indivíduos uma forma de construção de comunhão, somos iguais, ‘fazemos parte de um mesmo grupo, do mesmo ideário’, então, eu vejo a máscara um pouco enquanto isso, uma tentativa de construção de uma identidade coletiva” (Entrevistado 1, entrevista individual gravada, 27 de novembro de 2014).

Essa ideia se traduz na formação horizontal desses grupos, que pretendem não possuir líderes. O trabalho de investigação da polícia parece ter seguido esse caminho, procurando nesses coletivos, que não possuem uma organização hierárquica formal, clara e clássica, indivíduos que pudessem ser colocados nesse lugar. Nesses coletivos, mesmo não havendo uma liderança formal e oficial, havia indivíduos que se destacavam. Pelas entrevistas realizadas até agora, podemos dizer que os indivíduos que

---

<sup>6</sup> To use the word ‘actor’ means that it’s never clear who and what is acting when we act since an actor on stage is never alone in acting [...] By definition, action is dislocated. Action is borrowed, distributed, suggested, influenced, dominated, betrayed, translated.

se destacaram eram os que mais se expunham nas reuniões presenciais ou na Internet e não necessariamente os que tinham uma participação bastante ativa, assumindo papéis importantes para os coletivos. Daí podemos dizer que essa identidade de líder se constrói muito, certamente não só, na visibilidade alcançada e produzida, consciente ou inconscientemente. Isso nos faz refletir sobre o quanto da nossa identidade atualmente não se sustenta nas características que são expostas e visíveis aos olhos dos outros, enquanto o que não pode ser ou não é mostrado não é considerado.

A polícia, especialmente a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, montou um inquérito e realizou investigações baseando-se, entre outras coisas, no que era exposto na Internet e Facebook, procurando identificar pessoas que exercessem um papel importante dentro desses coletivos, para que, ao detê-los, também minasse o poder de ação desses grupos. Frente a esse tentativa de identificação pessoal, a máscara parece se opor ao buscar uma identidade coletiva. Nesse sentido, a máscara não é, simplesmente, uma forma de se manter invisível, mas de criar uma visibilidade própria. É uma forma de expressar uma ideia, que se opõe à individualização da ação. E mais uma vez se apresenta como resistência aos mecanismos de vigilância do Estado, que tentou usar a estratégia de identificar líderes e prendê-los para minar a possibilidade de novas manifestações. No dia 11 de junho de 2014, véspera da final da Copa do Mundo, algumas pessoas foram presas acusadas de formação de quadrilha. Para alguns, a intenção era esvaziar os protestos, o que não aconteceu. Segundo um dos entrevistados, a razão das prisões era:

“Por causa da nossa ameaça ao sistema, para dar uma lição, porque tinha que produzir terror para controlar as manifestações. A gente ficou muito feliz, nossa maior alegria na cadeia foi saber que a galera fez a manifestação mesmo assim no dia seguinte, manifestação que era a gente que tava puxando, mais ninguém praticamente. Fez mesmo assim a galera, veio gente de vários lugares do Brasil. Foram pra lá, sabe, aguentaram a porrada e ficaram lá, ótimo, lindo, prova de que o movimento é muito mais do que uma ou outra pessoa. A causa é uma coisa que supera indivíduos. Isso é a prova concreta disso, você vai e prende as ditas lideranças populistas e as coisas continuam acontecendo. As ditas lideranças, né, essa coisa de liderança é questionável” (Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014).

Além disso, a afirmação de uma identidade coletiva se configura como uma resistência à ideologia neoliberal e ao individualismo que parecem dominar o cenário político atual. Em um artigo sobre as manifestações de 2013, Duarte (2013) traça um breve histórico de mudanças ocorridos no governo brasileiro no início dos anos 1990, em que observa valores ligados à proteção social e à coisa pública dando lugar aos

ideais do liberalismo econômico. Presentes no discurso, por meio da defesa do estado mínimo, da economia de mercado e da prioridade para a iniciativa privada, e na prática dos governos, por meio das privatizações e do sucateamento do serviço público, esses ideais contribuíram para a disseminação do individualismo como valor na sociedade brasileira. Individualismo que entende o indivíduo como um ser isolado, livre e responsável por suas próprias conquistas e derrotas.

Apesar dessa disseminação, o mesmo autor acredita que as práticas e valores de vida comunitária não desapareceram no Brasil e voltaram a crescer, principalmente ligados a festas populares como o Carnaval de rua. Acompanhando esse raciocínio, entendemos que essa força do coletivo e do espírito comunitário se estabelece como uma resistência às práticas ligadas ao individualismo e ganhou forte expressão nas ruas em 2013, sustentada, inclusive, pelo uso de máscaras.

#### *A máscara como empoderamento*

Como terceiro sentido, um entrevistado chamou a atenção para a força de empoderamento que a máscara trouxe para alguns indivíduos, que com ela se sentiram à vontade para agir de uma forma mais solta. O fato de estar ou não com máscara fazia diferença na forma de atuar no mundo, como se a máscara permitisse ao sujeito ser e fazer o que jamais faria sem a máscara. Não exatamente em relação à ação direta (ataque a bancos e grandes corporações), mas a se expressar com mais eloquência e afetividade. O que se opõe à ideia corrente de que o verdadeiro eu aparece ao tirar a máscara. Nesse caso, o eu se constrói ao colocar a máscara, ela surge como um elemento que ajuda a compor uma forma de ser e atuar no mundo. Usar a máscara não é uma forma de se esconder, mas de se expressar melhor e com mais vigor.

Ao evocarmos a TAR (LATOURET, 2005), diluímos a dicotomia que tende a colocar em lados opostos o humano e o artificial. Nosso eu também é um artifício que se produz na interação com os objetos. Nesse caso, a conexão manifestantes-máscara ganha vários sentidos, inclusive o de provocar transformações naquele que põe a máscara. Não existe, necessariamente, uma intencionalidade prévia, mas ao se conectarem um campo de possibilidades se abre, fazendo indivíduos agirem de forma não previsível, expandindo sua forma de ser e atuar no mundo.

## *Considerações finais*

Resumidamente, podemos dizer que as máscaras escondem, protegem, revelam e potencializam rostos, indivíduos, ideias e ações. Nessa primeira reflexão, encontramos três sentidos que a conexão manifestantes-máscaras assumiram nos protestos de 2013. O primeiro expõe o que gostaríamos de chamar de imperativo da visibilidade e o quanto ela pode nos deixar vulneráveis e submetidos a uma constante vigilância. Buscar a invisibilidade, usando máscara, pode significar a busca por uma proteção e ao mesmo tempo ser incriminador. Numa realidade em que a exposição de si se coloca cada vez mais naturalizada, ter algo a esconder pode soar estranho e perturbador.

O segundo sentido tende a se opor e questionar a ideia de que as ações são individuais. O que parece estar em disputa é até que ponto os atos são coletivos ou individuais. Enquanto a polícia tenta identificar indivíduos, apostando que seu isolamento pode neutralizar a ação dos grupos, os grupos tentam se organizar diluindo a centralidade do poder, para que a ação seja maior que os indivíduos. É uma atitude que além de servir como resistência à ação policial, questiona e se opõe à tradicional organização hierarquizada e formal dos partidos políticos e da democracia representativa.

O terceiro sentido aponta para a possibilidade de se expor com mais intensidade. Usar máscara não significa se esconder, mas ampliar a atuação na visibilidade. Num mundo que se constrói cada vez mais vigiado, esconder-se não se apresenta como a única resistência a uma visibilidade que se impõe. A possibilidade de construir uma imagem e poder operar, escolhendo o que deve ser visto, também encontra seus caminhos de resistência.

A visibilidade não é apenas o lugar da vulnerabilidade, ao nos expor a uma vigilância contínua, mas também pode se transformar no lugar da disputa política, da defesa de ideias e da afirmação de si.

Num artigo sobre os Black Blocs, Pablo Ortellado (2014) afirma que possuem:

“uma ação de orientação midiática, autoexpressiva e na interface do político com o estético. E o motivo disso é que, embora os praticantes nem sempre conheçam a história, a tática nasceu para capturar a atenção dos meios de comunicação [...] sem exposição pública da violência repressiva, a tática não funciona”.

Apesar do risco de prisão a ação direta tem um apelo visual forte, a depredação de prédios públicos ou privados ganha mais facilmente visibilidade do que táticas mais

pacíficas. Para muitos jovens que atuaram como Black Blocs a conquista de visibilidade pode ter sido um dos grandes objetivos. Segundo alguns dos entrevistados, a maioria desses jovens era da periferia do Rio de Janeiro, com sua trajetória marcada pela invisibilidade e a falta de acesso a direitos básicos, a visibilidade para eles talvez seja mais um desejo do que um risco.

Além de dar expressão a uma causa, a conquista da visibilidade ganha um viés político ao por em cena situações que costumam ficar escondidas no cotidiano e não costumam ganhar atenção da grande mídia e da sociedade como um todo, como a violência policial dentro das comunidades mais pobres da cidade. Então usar a tática Black Bloc pode ser visto como uma estratégia, não necessariamente consciente, de dar visibilidade a uma forma de violência que não é tão comum nos centros urbanos, mas é banalizada na periferia.

Outro uso político e estratégico da visibilidade é poder escolher o que e como se expor. É claro que alguns escolhem não ter página no Facebook, por exemplo, pensando na questão da vigilância:

“Uma coisa até curiosa, porque eu não tenho perfil pessoal no Facebook, nunca tive, assim. Sempre... sempre achei muito interessante a ferramenta, mas por um lado tinha uma questão política de achar que... divergência das normas de privacidade, divergência da dinâmica do Facebook e também achar que você acaba gastando mais tempo com coisas inúteis do que com coisas úteis no Facebook, né?”

- Mas qual divergência, assim, qual razão mais forte você diria para não ter o perfil?

Olha, acho que tem tudo a ver com todo esse aparato de vigilância que está se montando dos Estados associados a algumas grandes corporações, no caso o Facebook” (Entrevistado 4, entrevista individual gravada, 14 de janeiro de 2014).

“- Mas não tinha nenhum tipo de preocupação com esse monitoramento?”

Aí é que tá, um monte de gente nem tem página no Facebook, algumas pessoas nem tem perfil.

- Por conta disso?

É, claro. Ou porque são pobres e não tem acesso a Internet direto, não gostam, não consideram aquilo seguro e mesmo que tenham, não vão tratar certas questões lá, não vão falar disso, ao contrário de outros, que escreveram, falaram, mil e umas coisas, desde as mais simples até as mais complicadas de se dizer”. (Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014).

A preocupação com a vigilância não é o único motivo e mesmo que ela esteja presente não será sempre um impeditivo para a exposição, uma vez que a visibilidade traz vantagens, ainda que haja algum risco. A maioria dos coletivos parece ver as vantagens nessa exposição que a Internet e uma rede social podem oferecer, tornando suas ideias públicas e mais conhecidas, ampliando, assim, suas conexões e seu poder de

ação. Essa escolha, no entanto, não deixa de ser sem tensões, principalmente após as prisões de alguns manifestantes em outubro de 2013, que produziu certa paranoia coletiva e fez alguns indivíduos se tornarem mais cautelosos.

“Pelo Facebook? Eu não tenho esperança nisso não, na verdade eu tenho medo nisso.

- Em que sentido?

De trabalhar com isso como plataforma pra comunicação. Isso é muito arriscado, é temerário esse tipo de atitude. Difícil romper isso né? Porque nós não temos recursos, nenhum. [...] Sobra pouco espaço, não dá pra negar, é uma possibilidade de comunicação, mínima, restrita, não importa, mas que é realmente perigoso é, né. Perigoso no sentido da luta política, como eu falei, se você não pode usar esse espaço se não atinge as pessoas se não o meio para você se comunicar mesmo, essencial, e perigoso no sentido de que tá na mão privada, tá trocando informação, tá tudo registrado” (Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014).

“Nunca gostei e isso é um problema dentro da nossa política. Porque toda a vez que a nossa política de ação, de propaganda, de comunicação parece depender ou restringir-se ao Facebook, nem é só Internet, mas ao Facebook especificamente, a gente vê que nós temos problemas. Não é possível que a gente dependa que as pessoas olhem Facebook pra saber o que nós pensamos, ou queremos ou vamos fazer. Isso é um problema. Você pode ter certeza que a maior parte das pessoas na X tem problemas com aceitar isso, entendeu, de concordar que isso seja bom, positivo, que as coisas partam daí, que seja o meio de comunicação e interação com as pessoas” (Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014).

“É um espaço pra neurose reacionária, o Facebook, ou Internet né.

- Mas você acha que em algum momento ele é útil?

Sim (hesitante), é uma atividade, a gente tá se comunicando com outras pessoas, estamos fazendo uso de um recurso que é possível de ser usado” (Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014).

O potencial de comunicação, conexão e visibilidade que a Internet e as redes sociais conseguem produzir tende a ser reconhecido e, por isso, desejado. Em alguns casos, a consciência da vigilância opera como um agenciador da cautela e da criação de estratégias para usufruir da visibilidade, escapando da vigilância. A clareza do monitoramento pelo estado e pela polícia, principalmente após as prisões na véspera da final da Copa das Confederações, fez alguns recuarem e outros buscarem tecnologias para resistir a esse rastreamento, como podemos perceber nessa fala:

“Mas aí, meio das manifestações, eu resolvi fazer um fake pra justamente poder operar e utilizar a ferramenta Facebook de distribuição de informação, né, e de organização também .

- Então, é, não era um perfil só pra você receber, mas você também repassava informações?

Era principalmente pra repassar, porque todos os grupos políticos da cidade acabam construindo páginas online pra disseminar informação. No Brasil, praticamente, se usa muito o Facebook no campo político em geral, assim”. (Entrevistado 4, entrevista individual gravada, 14 de janeiro de 2014).

“Mas aí, de qualquer forma, todos os grupos políticos na cidade acabam fazendo uma página no Facebook [...] porque sempre rola uma dinâmica de segurança também, [...] sempre tem essa balança, segurança versus, digamos, publicidade, visibilidade” (Entrevistado 4, entrevista individual gravada, 14 de janeiro de 2014) .

A preocupação com a segurança e a vigilância coexistem com o desejo de visibilidade, como podemos resumir nessa fala: “Seria uma forma de tentar utilizar a ferramenta, mas sem dar os dados pra ferramenta, sem você participar desse jogo de ter que se expor totalmente ali” (Entrevistado 4, entrevista individual gravada, 14 de janeiro de 2014).

Ainda dentro dessa lógica, poder operar na própria visibilidade, poder escolher o que expor no Facebook e na Internet, por exemplo, pode ser um modo de proteção e resistência, tudo depende de como se estabelece uma conexão com a ferramenta.

[...] mas eu também fiz, utilizei o instrumento de uma forma pra me proteger. Por exemplo, quando eu posto no Facebook que eu conheço a fulana, com uma foto ao lado da fulana, dizendo que não me envergonho de conhecer uma ativista, eu já saio na frente e falo: ‘olha, pode procurar aí que vocês vão ver vários contatos com os ativistas, porque eu, politicamente, me posiciono a favor deles’.

- Você acha que essa exposição é uma forma de te proteger?

Sim, eu acho que é uma forma de eu me proteger, porque aí qualquer atitude me vinculando a crime seria uma forma de mostrar: ‘olha, é uma perseguição política’” (Entrevistado 3, entrevista individual gravada, 16 de dezembro de 2014).

“Você tem que sair na frente também e usar aquela ferramenta no sentido também de se fortalecer, então, a coisa tem que ser falada no perfil. Eu tento usar muito o meu face para falar de coisas em que acredito na minha página, como é que chama? No meu feed de notícias, no meu perfil. Inbox é perigoso, entendeu? Porque o inbox.

- Mas aí porque você tem certeza de que o que está fazendo não é...

Sim, aí é que tá. Eu acho que é uma articulação hoje muito mais pra você publicizar o seu posicionamento político do que pra você articular.” (Entrevistado 3, entrevista individual gravada, 16 de dezembro de 2014).

Dependendo do lugar onde está e das conexões estabelecidas a máscara pode ser uma proteção, um perigo, um risco, uma força e assim por diante. Ampliar os sentidos que ela pode assumir é uma tentativa de fazer a realidade soar mais complexa, controversa e contraditória. Nossa intenção é que a realidade seja maior que nossa capacidade de interpretá-la e enquadrá-la em qualquer plano teórico. Queremos que ela escape às nossas habilidades acadêmicas e intelectuais e nos surpreenda sempre. Não almejamos acalmar as disputas, mas torná-las visíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Por que esconder nossos rostos?* Publicado na página do Anonymous Rio. [Panfleto circulado no 2º protesto contra o aumento das passagens. Recife, 23.janeiro.2012]

FONTE: <http://reciferesiste.org/porque-esconder-nossos-rostos/>

Disponível em: <<http://www.anonymousrio.net/2012/11/porque-esconder-nossos-rostos.html>> Acesso 15 dezembro 2014.

*A verdade por trás das críticas ao Anonymous Brasil.* Publicado na página do Anonymous Rio. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/nos-somos-legiao/a-verdade-por-tras-das-criticas-ao-anonymous-brasil/>> Acesso em 15 dezembro 2014.

BLACK BLOC RJ. *Black Bloc RJ*. Página no Facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/BlackBlocRJ/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/BlackBlocRJ/info?tab=page_info)> Acesso em 07 abril 2015.

COSTA, Ana Cláudia; GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12, junho, 2013. Rio, p. 10.

DUARTE, Valter. O movimento de junho e as práticas políticas institucionais. *Advir*, Rio de Janeiro, p. 111-122, dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. (Ditos e Escritos volume V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

MICHAELIS: Dicionário de português online. Editora Melhoramentos; UOL, 2009. Fonte:

[http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/mascara%20\\_997808.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/mascara%20_997808.html)

ORTELLADO, Pablo. Os Black Blocs e a violência. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 6 de março de 2014. Disponível em:

<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1603>> Acesso em: 05 abril 2015.

JUNHO – o mês que abalou o Brasil. Direção de João Wainer. São Paulo: TV Folha, 2013. Documentário (71 min). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=AMprLfFSGPc>> Acesso em: 05 abril 2015.